OPINIÃO

As lições e os riscos do PISA 2025

Depois de duas décadas em que a OCDE contribuiu para uma cultura internacional de indicadores e responsabilização, parece reconhecer que não há melhoria sustentável sem professores e sem confiança.

António Teodoro
10 de Setembro de 2026, 0:05

Os resultados do PISA 2025 são uma má notícia para Portugal. Em matemática e leitura, ou abaixo de 15 anos recuaram para níveis próximos dos de 2006, anulando grande parte dos ganhos obtidos na década anterior. Aumentou significativamente a proporção dos que não atingem o nível mínimo de proficiência e diminuiu a dos que alcançam os níveis mais elevados. Em ciências, a situação é menos negativa, embora também se registe um recuo relativamente a 2015.

Há, portanto, uma primeira conclusão que não devemos relativizar, embora conhecida já de todos: *Portugal tem um problema de aprendizagem*.

Mas os resultados do PISA não dizem, por si próprios, qual é a sua causa nem qual é a política adequada para o resolver. Diagnosticar não é explicar. E explicar não é ainda decidir.

É neste ponto que surge a resposta conservadora. O antigo ministro Nuno Crato classificou os resultados como a "crónica de um declínio anunciado", atribuindo a descida "tremenda" ao abandono, a partir de 2016, de currículos mais exigentes, dos exames de final de ciclo no 4.º e no 6.º ano e do apoio cognitivo aos alunos com maiores dificuldades (PÚBLICO, 09/09/2026). João Marôco tem defendido uma leitura próxima, associando a degradação dos resultados ao abandono de currículos mais estruturados, de metas de aprendizagem e de uma cultura de avaliação externa.

Há nesta crítica questões que não podem ser descartadas. Uma escola democrática não pode baixar as expectativas sobre o que todos os alunos devem aprender, nem confundir inclusão com facilitação. O conhecimento importa. Os currículos precisam de estrutura. A avaliação é indispensável.

Mas daí não decorre que a solução seja simplesmente regressar ao modelo anterior, aumentando a prescrição, os exames e o controlo externo. A correlação temporal entre políticas e resultados não demonstra, por si só, uma relação causal. E a crise das aprendizagens dificilmente pode ser explicada por uma única mudança de política.

O próprio PISA aponta para uma realidade mais complexa: os efeitos da pandemia, as desigualdades sociais, a transformação da população escolar, a relação dos jovens com os meios digitais, a atenção e a motivação para aprender, as dificuldades de muitas famílias, a falta de professores em algumas áreas e as condições de funcionamento das escolas fazem parte da equação.

O problema está em transformar uma hipótese explicativa numa receita política. Mais exames podem fornecer mais informação sobre o que os alunos sabem; não produzem, por si mesmos, mais conhecimento. Mais controlo sobre os professores pode tornar mais visível o que acontece nas escolas; não cria, por si só, melhores condições para ensinar. Um currículo mais prescrito pode garantir maior uniformidade; não garante que todos tenham melhores oportunidades de aprender.

É aqui que se impõe uma escolha diferente: não entre exigência e inclusão, nem entre conhecimento e autonomia, mas entre uma política baseada no controlo e uma política baseada na capacidade.

O Governo parece inclinar-se para a primeira resposta. O ministro da Educação já admitiu que os exames do 4.º e do 6.º anos possam voltar a contar para a classificação final, justificando a medida pela necessidade de criar uma "cultura de avaliação". É uma resposta puramente ideológica, conservadora, não porque defenda a exigência – a exigência é indispensável –, mas porque tende a procurar a solução sobretudo no regresso à prescrição, à uniformização e ao controlo.

E aqui está um dos riscos do PISA 2025: *confundir o diagnóstico com a receita*.

Um currículo estruturado é necessário. Conhecimentos fundamentais são indispensáveis. Avaliar é necessário. Mas há uma diferença fundamental entre garantir que o conhecimento é ensinado e controlar permanentemente quem o ensina. A primeira é uma responsabilidade do Estado e da escola pública. A segunda pode destruir precisamente uma das condições de que depende um bom ensino: *a autonomia profissional dos professores*.

Precisamos de mais conhecimento na escola, mas não de um currículo reduzido à memorização de conteúdos fixados centralmente. Durante anos, a política educativa portuguesa foi dominada pela linguagem das competências, do Perfil dos Alunos e das "aprendizagens essenciais". Houve ganhos importantes nessa orientação, nomeadamente ao procurar ultrapassar um currículo excessivamente enciclopédico. Mas também se subestimou a importância de um currículo estruturado em torno do conhecimento.

Não qualquer conhecimento. Conhecimento poderoso, para usar a expressão de Michael Young: aquele que permite aos alunos ir além da experiência imediata, compreender relações, formular problemas e aceder a formas de pensamento que não obteriam apenas no seu meio social.

Não precisamos de um regresso à escola salazarista do 'ler, escrever e contar' para os pobres. A escola deve ensinar a ler, escrever, fazer matemática e compreender ciência. Mas deve também introduzir as crianças e os jovens no mundo que partilhamos. A arte, a literatura, a história, a filosofia, o desporto, as ciências sociais, a educação para a cidadania e o património cultural não são adereços que possam ser deixados para as famílias que têm tempo e recursos para os proporcionar. São parte daquilo que significa construir um mundo comum.

Há ainda uma outra dimensão que não podemos ignorar: *as desigualdades sociais e educativas*. O desempenho escolar continua fortemente associado às condições sociais e ao nível de escolaridade das famílias. Daí a importância de olhar para aquilo que poderíamos chamar o *gap* geracional das qualificações. Muitos dos alunos de 15 anos que hoje avaliamos têm pais e avós com percursos escolares muito diferentes dos seus. Se queremos quebrar a transmissão intergeracional das desigualdades, não basta pedir às famílias que apoiem mais os filhos. É preciso criar oportunidades para que os próprios pais e avós possam aprender mais. A educação de adultos e a educação permanente devem voltar a ocupar um lugar central numa política de recuperação das aprendizagens.

Os país fazem, naturalmente, parte desta equação. A escola não pode tudo e deve criar condições para a participação das famílias. Mas isso não significa transferir para elas responsabilidades que são da escola pública.

E há uma transformação social que torna esta responsabilidade ainda maior: a crescente diversidade cultural e linguística da população escolar. Em pouco mais de uma década, o número de alunos estrangeiros nas escolas públicas quase quadruplicou. Hoje, cerca de um em cada sete alunos é estrangeiro. Esta mudança não é um problema a resolver. É uma realidade estrutural da sociedade portuguesa e, em larga medida, uma condição do seu futuro demográfico.

O desafio está na capacidade da escola para integrar esta diversidade, garantindo a todos condições efetivas de aprendizagem. A questão da língua é decisiva. É necessário reforçar o Português Língua Não Materna, os mediadores culturais e os apoios especializados, evitando simultaneamente a concentração e a segregação de alunos de origem imigrante. E importa rejeitar explicações fáceis: o PISA mostra que o crescimento da população imigrante explica apenas uma pequena parcela da deterioração dos resultados portugueses.

A imigração não é, portanto, a explicação para a crise das aprendizagens. É uma das grandes transformações às quais uma escola pública de qualidade tem de saber responder. Uma escola capaz de acolher a diversidade sem abdicar de uma cultura comum, de conhecimentos comuns e de expectativas elevadas para todos.

A crise anual não nasceu apenas das políticas curriculares dos últimos anos. Seria intelectualmente pouco sério atribuí-la a uma única orientação política. Temos de olhar para a combinação de fatores: pandemia, desigualdades, mudanças familiares e sociais, meios digitais, falta de professores, condições de trabalho e uma profissão docente que sofreu uma prolongada perda de reconhecimento e confiança, simbolicamente materializada no longo conflito pela contagem do tempo de serviço para a progressão na carreira docente.

> **A pior resposta será olhar para uma crise real e procurar nela a confirmação das nossas convicções ideológicas. A melhor será perguntar que escola queremos e o que os dados realmente nos ensinam – e construir, a partir daí, uma política capaz de combinar exigência, conhecimento, equidade, autonomia profissional e confiança**

É significativo que a própria OCDE recomende agora aos sistemas educativos "*back our teachers*". Depois de duas décadas em que a OCDE contribuiu para uma cultura internacional de *accountability*, indicadores e responsabilização, parece reconhecer que não há melhoria sustentável sem professores e sem confiança.

Esta deveria ser uma das grandes lições do PISA 2025.

Portugal precisa de uma resposta à crise das aprendizagens. Mas essa resposta não pode ser uma guerra entre "facilitadores" e "exigentes", nem entre "competências" e "conhecimentos". Precisamos de quatro coisas muito concretas: (i) ***combater as desigualdades sociais e educativas***; (ii) ***concentrar recursos nos primeiros anos de escolaridade***; (iii) ***construir um currículo baseado num conhecimento profundo e poderoso***; e (iv) ***estabelecer um verdadeiro contrato de confiança com os professores.***

Podemos aprender com sistemas como a Finlândia, a Estónia ou o Canadá. **São *sistemas compreensivos, com poucos exames e uma cultura de exigência muito elevada.*** Não são sistemas sem avaliação ou sem conhecimento; são sistemas que compreenderam que a exigência não precisa de ser construída contra os professores.

O PISA 2025 dá nos razões para mudar. Mas mudar não significa necessariamente voltar atrás. A pior resposta será olhar para uma crise real e procurar nela a confirmação das nossas convicções ideológicas. A melhor será perguntar que escola queremos e o que os dados realmente nos ensinam – e construir, a partir daí, uma política capaz de combinar exigência, conhecimento, equidade, autonomia profissional e confiança.

Porque os alunos não precisam de mais exames para provar que têm dificuldades. **Precisam de uma escola com maior capacidade para os fazer aprender, tanto os conhecimentos fixados no currículo como a viver e construir um mundo comum, justo, feliz e livre.**

Professor e investigador do CeIED da Universidade Lusófona. Coordenador científico do projecto financiado pela FCT "Uma história de sucesso? Portugal e o PISA (2000-2015)"

O autor escreve segundo o acordo ortográfico de 1990

Professor catedrático; director do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento da Universidade Lusófona

Sugere correção

Ler 7 comentários

COMENTÁRIOS

Deixe um comentário...

FzD MODERADOR
Sobre a situação da educação seria bom as pessoas terem os trabalhos da Profª Maria do Carmo Vieira (recentemente falecida), particularmente sobre os efeitos da implementação da reforma de 2003-2004 no ensino do Português e não só. E também informarem-se sobre os efeitos de 4 anos (2011-2015 que durou a tentativa de impor novamente exigência e rigor nos programas e na avaliação dos alunos (e dos professores).
Há 31 minutos Responder

FzD MODERADOR
Ao fim e ao cabo as duas visões que se têm confrontado são entre os que defendem que a escola deve responder aos "interesses e necessidades dos alunos" (como se estes fossem naturais...), e os que defendem que o papel da escola, nas palavras da Profª M. C. Vieira, "abrir horizontes".
Há 20 minutos

Vindas Educação Internacional INICIANTE
O artigo toca nos pontos mais nevrálgicos da educação e da leitura que esses resultados do PISA podem ter. Aponta para o perigo do retrocesso às formas mais tradicionais e engessadas do ensino em detrimento de aproveitar esta oportunidade para mudar estruturalmente a escola - e para melhor. E dos melhores artigos que li até agora sobre o olhar para os resultados do PISA.
10.09.2026 19:00 Responder

Manuel Figueira.529114 MODERADOR
Esta foi a melhor reflexão que li até hoje sobre o Relatório do PISA2025. Porque é sustentada no conhecimento científico-académico, no conhecimento das escolas, dos professores e do sistema de ensino. E na vasta experiência pessoal do autor.
10.09.2026 12:16 Responder

FzD MODERADOR
Muita gente não precisou destes resultados para saber a péssima situação em que o nosso sistema de ensino se encontra desde há décadas e denunciou isso sempre que tinha oportunidade. De qualquer modo, a solução não virá da área das ditas "ciências" da educação até porque essa é uma das "origens do mal"...
10.09.2026 19:00

Manuel Figueira.529114 MODERADOR
«Muita gente não precisou destes resultados para saber a péssima situação em que o nosso sistema de ensino se encontra desde há décadas e denunciou isso (...)». Se está mal há décadas (quantas? entre 2011-2015, quando o mago da Troica governou o país e o incendiário da Educação (que ameaçou implodir o Ministério da Educação) pôs as coisas em ordem. Por isso disse agora que os resultados se devem, exclusivamente, à mudança de rumo desde 2016: portanto, estava tudo bem. E na esmagadora maioria dos outros países, os maus resultados devem-se a quê? Às alterações climáticas? Seria triste tanta ignorância, se fosse ignorância e não pura ideologia. Encontrar culpados e soluções simples para problemas complexos e multifactoriais é o quê? Ignorância, vós ideológico ou pura maldade? Um pouco de tudo
10.09.2026 21:01

Tiago João.671043 EXPERIENTE
Mas se os alunos conseguissem distinguir publicidade nas redes sociais, como é que o actual Governo ganharia votos no futuro?
10.09.2026 08:25 Responder